

## A importância do centro de comercialização de produtos da agricultura familiar de Pitanga/Pr para a emancipação e protagonismo das agricultoras e feirantes

*The importance of the commercialization center for family farming products in Pitanga/Pr for the emancipation and protagonism of farmers and market traders*

Jéssica Lopes<sup>1</sup> e Janete Stoffel<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil, Mestranda em Agroecologia, e-mail: [jessicalopesbr@outlook.com](mailto:jessicalopesbr@outlook.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil, Doutorado em Desenvolvimento Regional, e-mail: [janete.stoffel@uffs.edu.br](mailto:janete.stoffel@uffs.edu.br)

Recebido em: 17/05/2022 - Revisado em: 22/10/2022 - Aprovado em: 18/03/2023 - Disponível em: 30/09/2023

### Resumo

A agricultura familiar no Brasil é fundamental para a reprodução socioeconômica das famílias e segurança alimentar da população. A comercialização de produtos por meio dos circuitos curtos promove a inclusão social das agricultoras e dos agricultores. Esse modelo de produção e comercialização também é muito importante para o desenvolvimento econômico dos pequenos municípios e do espaço rural. Atualmente no Brasil, existem cerca de 5.119 feiras-livres, das quais 624 são especializadas em agricultura orgânica e Agroecologia, em que, a maioria delas fica localizada em municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Os circuitos curtos são importantes para que as mulheres atuantes se reconheçam como agentes da produção. O estudo foi realizado no município de Pitanga/PR, que fica localizado na latitude 24 ° 45 ' 10 " S longitude 51 ° 45 ' 47 ". O Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Pitanga foi criado em 2014. O objetivo do presente artigo foi analisar qual a importância do Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar do município de Pitanga, PR, para as mulheres agricultoras, nos aspectos econômicos e sociais. A pesquisa é do tipo descritiva e no levantamento de campo foi utilizado um roteiro semi-estruturado. As entrevistadas possuem perfis diferentes de produção, comercialização e percepções. Observa-se, que por meio do trabalho as mulheres conquistam emancipação financeira, melhores condições de estudo para os filhos, alteração na dinâmica de produção familiar, reduz o processo de masculinização do campo, o desvencilhamento da esfera doméstica e a participação em movimentos.

**Palavras-chave:** Agricultura-Familiar; Feiras-livres; Mulheres.

## Abstract

Family farming in Brazil is essential for the socioeconomic reproduction of families and food security for the population. The commercialization of products through short circuits promotes the social inclusion of women and men. This production and marketing model is also very important for the economic development of small municipalities and rural areas. Currently in Brazil, there are about 5,119 fairs, of which 624 are specialized in organic agriculture and Agroecology, in which most of them are located in municipalities with a population of less than 50 thousand inhabitants. Short circuits are important for active women to recognize themselves as agents of production. The study was carried out in the municipality of Pitanga/PR, which is located at latitude 24 ° 45 ' 10 " S longitude 51 ° 45 ' 47 ". The Pitanga Family Agriculture Products Commercialization Center was created in 2014. The objective of this article was to analyze the importance of the Family Agriculture Products Commercialization Center in the municipality of Pitanga, PR, for women farmers, in the economic aspects and social. The research is descriptive and in the field survey a semi-structured script was used. The interviewees have different profiles of production, commercialization and perceptions. It is observed that through work, women achieve financial emancipation, better study conditions for their children, change in the dynamics of family production, reduce the process of masculinization of the countryside, the disentanglement of the domestic sphere and participation in movements.

**Key Words:** Keywords: Family Agriculture; free fairs; women.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada "O papel das feiras-livres da Agricultura Familiar na construção da autonomia das mulheres agricultoras: Um estudo de caso em municípios da região Centro-Sul paranaense" do curso de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A insegurança alimentar e a escassez de alimentos são uma problemática cada vez mais emergente no cenário global e abrange cada vez mais países. A pandemia de COVID-19, os conflitos entre nações e as mudanças climáticas, bem como os problemas econômicos mundiais como a desigualdade social, tem agravado cada vez mais a fome no mundo (ONU, 2022).

O sistema de produção alimentar mundial tem se mostrado falho, tanto na oferta de alimentos quanto no consumo adequado dos nutrientes. Nesse momento, os Circuitos Curtos de Comercialização podem solucionar alguns dos problemas relacionados à fome e a má distribuição de alimentos no mundo, reduzindo grandes custos de logística da produção, valorizando a identidade dos territórios e a inclusão social e econômica da Agricultura Familiar (SCHNEIDER, 2021).

A agricultura Familiar brasileira tem um importante papel na segurança alimentar do país, na reprodução socioeconômica das famílias do campo, para a sociedade em geral, gera empregabilidade rural e abastecimento interno de alimentos. Em 2009, cerca de 74%

dos empregos no espaço rural e 70% dos alimentos distribuídos no país eram provenientes da Agricultura Familiar (SILVA, BORGES, 2020).

Os Circuitos Curtos de Comercialização promovem inclusão social a partir de organizações, cooperativas e associações de agricultores e agricultoras familiares e também relações solidárias entre agentes da cadeia (VERANO, MEDINA, 2021). Circuitos Curtos do tipo feiras-livres possibilitam a participação de jovens e mulheres no processo de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar (DAROIT, 2021).

De acordo com dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, existem cadastradas ao órgão, 5.119 feiras-livres, distribuídas em 1.176 municípios brasileiros. Destas, um total de e 1.331 feiras-livres de 624 comercializam produtos agroecológicos e orgânicos, sendo que a maior parte fica localizada em municípios de pequeno porte, com uma população inferior a 50 mil habitantes (BRASIL, 2015).

As relações sociais nas feiras-livres se sobressaem sobre os aspectos mercantis, estabelecendo uma dinâmica de confiança, interação social e perseverança, principalmente em períodos como o da pandemia da COVID 19. Esse mercado socialmente construído possibilita que a Agricultura Familiar escoe sua produção e contribua com o suprimento da demanda de alimentos, especialmente os mais saudáveis (TOMAZINI et al., 2022).

Para Barbosa et al., (2022) as feiras-livres é um espaço que fortalece a liderança feminina, oportuniza a convivência, gera renda, um convívio familiar mais justo e harmônico, autoconhecimento, fortalecimento da autoestima da mulher e o resgate de conhecimentos tradicionais. Caminhas (2022), acrescenta que a atuação nas feiras-livres da agricultura familiar faz as mulheres se reconhecerem como agentes da produção e da promoção da segurança alimentar.

A hipótese que embasa o presente estudo pressupõe que os sociais de comercialização dos canais curtos, promovem troca de informações entre as mulheres, geração de renda, autonomia financeira e autorrealização por meio do reconhecimento como agentes que promovem a segurança alimentar (CAMINHAS, 2022). A participação nesses espaços também estimula a autogestão, a solidariedade, o senso democrático, bem estar, o conhecimento sobre direitos básicos (SILVA et al., 2022).

Outro aspecto é o desenvolvimento da liderança feminina, em uma sociedade em que os homens são considerados detentores dessa capacidade, fortalecendo o engajamento das mulheres, além de uma perspectiva de produção econômica que consideram ideais de sustentabilidade, em que a maioria das agricultoras utiliza de técnicas de produção orgânica e da agroecologia (BARBOSA et al., 2022).

Com base nisso, o objetivo do presente artigo foi analisar qual a importância do Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar do município de Pitanga, PR, Brasil, para as mulheres agricultoras e feirantes, nos aspectos econômicos e sociais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No Brasil, de acordo com Machado, Costa, Dutra (2018), a construção das relações sociais de gênero tem como uma de suas origens estruturais, a cultura patriarcal europeia que desde o período colonial, relegou as mulheres ao espaço doméstico e às relações

familiares do cuidado. Assim como em todos os países da América Latina, provavelmente por consequência do colonialismo, as discussões sobre a divisão sexual do trabalho começaram em oposição ao modelo hegemônico branco, heterossexual, etnocêntrico e eurocentrista (ADELMAN, 2011).

O Brasil herdou do processo de colonização, uma visão androcêntrica do trabalho, que provoca discriminação de gênero, a partir da visão de que o homem é o sujeito universal, racional, gerador da economia. Vale ressaltar que em uma população diversificada, como na América Latina, a divisão sexual do trabalho deve ser analisada a partir de um prisma transversal, considerando as diferenças entre etnias, classes sociais, e utilizando de contribuições teóricas epistemológicas feministas decoloniais. (MACHADO, COSTA, DUTRA, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Ainda nessa perspectiva da construção da dominação masculina sobre as mulheres no Brasil e na América Latina, Oliveira (2021) considera que o modelo hegemônico capitalista aprofunda os problemas da divisão sexual do trabalho, porém as teorias clássicas, como a crítica marxista que é base de movimentos de lutas de classe, também faz essa discriminação ao valorizar majoritariamente o trabalhador homem (Informação verbal).

No entanto, para Cadó e Furno (2020) não se pode deixar de destacar que o pensamento marxista foi fundamental para o desenvolvimento das teorias feministas, visto que, a corrente marxista trouxe abordagens que contribuíram para que a opressão sexual que as mulheres sofrem fosse evidenciada através das teorias de exploração de classes. As teorias feministas, tal como a Teoria Marxista também questiona o lucro e o trabalho como valor de uso e a supervalorização das relações mercantis.

Em relação à visão androcêntrica que ocorre em todo o mundo, muitas autoras discutem a partir do termo patriarcado, o sistema que molda a organização social e familiar, na qual os homens detêm o poder. Segundo Delphy (2009) o patriarcado, em seu conceito atual, pode ser entendido como a dominação e opressão das mulheres, uma vez que, inicialmente é o pai que tem o domínio e a decisão sobre a vida das filhas, e posteriormente transfere esse poder ao marido.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 600), o sistema patriarcal estabelece a divisão sexual do trabalho e os papéis das mulheres e homens no contexto doméstico e produtivo. “A divisão sexual do trabalho se divide em dois princípios organizadores: o da separação em que alguns trabalhos são apenas de homens e outros são somente de mulheres; e o hierárquico em que o trabalho do homem é considerado mais valioso.” Esses princípios organizadores ocorrem em todas as sociedades, no entanto, apresentam “plasticidade de acordo com o espaço, tempo, relações étnicas, fluxos migratórios, classe social, dentre outros fatores”.

Trazendo a discussão da divisão sexual do trabalho para o contexto rural, a situação das mulheres agricultoras é ainda mais crítica, pois elas se dividem entre trabalho reprodutivo, produtivo leve e pesado, produção para autoconsumo e para renda, todas as tarefas domésticas e cuidado dos demais membros da família. De acordo com Cunha e Parente (2021) outro fator agravante nesse meio é a agenda governamental de programas de inserção das mulheres na economia que é ainda mais precária para o espaço rural em comparação ao urbano.

Mesmo com maiores desafios no processo de desconstrução do modelo androcêntrico, alguns estudos mostram avanços no rompimento desse padrão no meio rural. Valadão (2018) analisou a divisão sexual do trabalho, a partir de um estudo de caso com mulheres

lésbicas, em um assentamento do estado de Santa Catarina, e constatou que outras mulheres e moradores do local passaram a reconhecer certos trabalhos considerados apenas masculinos como uma tarefa também feminina ao observar a vivência dessas mulheres, que não dependem de uma figura masculina na unidade de produção.

No entanto, para que essas mudanças na divisão sexual do trabalho ocorram, são necessárias políticas de incentivo que incluam as mulheres do campo. Exemplos dessas políticas são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a viabilização de canais curtos de comercialização de alimentos, como as feiras-livres, que são fundamentais para a geração de renda para as agricultoras (CUNHA; PARENTE, 2021).

Outro fator que tem contribuído para que a realidade da divisão sexual do trabalho no campo seja alterada é a atuação das mulheres nos movimentos sociais. Para Gonçalves e Guimarães (2017) por meio da participação em debates e nas mobilizações por reivindicações de mudanças políticas e sociais na divisão sexual do trabalho, muitas têm passado também por mudanças de mentalidade e reproduzido novas ideias para outras mulheres.

No entanto, para analisar esses avanços é necessário compreender a dinâmica de trabalho dessas mulheres, pois não basta apenas uma mudança de mentalidade e o acesso ao mercado de trabalho, é preciso uma análise do tempo trabalhado e o nível de institucionalização ou informalidade desses trabalhos. A sobrecarga dos trabalhos na casa e na unidade de produção ainda é um contexto difícil de ser modificado (GONÇALVES, GUIMARÃES, 2017; CUNHA, PARENTE, 2021).

Outra questão importante relacionada com a divisão sexual do trabalho são as relações sociais de gênero, que conforme Kergoat (1992) dentro das discussões feministas, se referem às diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. As mudanças nas relações sociais de gênero, para Françoise Héritier (2004) não são unicamente ideológicas, mas também, englobam uma reorganização da divisão sexual do trabalho, de modo que os membros familiares masculinos também se ocupem do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos.

Ainda para Héritier (2004) as mudanças nas relações de dominação masculina se dão ao eliminar a ausência da liberdade na vida das mulheres, e que estas passem a decidir sobre a própria vida, questionem o próprio futuro e se emancipem. No entanto, de acordo com Delphy (2009) essa dominação resultante do sistema patriarcal apresenta diferenciações que se dão conforme o local e a época.

Conforme as considerações de Nogueira (2010, p. 60) o sistema capitalista se opõe ao processo emancipatório das mulheres, já que estas são necessárias na esfera produtiva e reprodutiva [...] “para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora”. Tanto o modelo familiar patriarcal, quanto a sociedade capitalista são apoiadoras da subordinação feminina, visto que, tiram proveito dessa situação, e colocam a mulher como um bem útil e indispensável para manter a saúde e sobrevivência dos membros da família.

Embora o modelo capitalista contribua para agravar a desigualdade nas relações sociais de gênero, alguns aspectos econômicos são fundamentais para o alcance da equidade entre homens e mulheres na área rural. Dentre esses aspectos, pode ser citada a pluriatividade da unidade de produção, que à medida que aumenta, o êxodo rural das mulheres diminui e a mão de obra feminina é absorvida, assim como também as mulheres passam a ocupar

uma posição de geradoras de renda e são inseridas na dinâmica de produção (SCHNEIDER, 2009).

Além da pluriatividade rural que contribui na emancipação financeira, a inserção em cooperativas e na comercialização de produtos também é um aspecto fundamental para que as mulheres alcancem uma posição social mais valorizada. A atuação das mulheres em tais espaços permite acesso à profissionalização, interação social, modificando marcadores sociais, como as relações de gênero na esfera pública, no entanto, ainda não provoca mudanças na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, que continuam sendo vistos como responsabilidades feminina (SCHNEIDER, 2009; SALVARO, ESTEVAM, FELIPE, 2014).

Em relação ao trabalho doméstico e de cuidados, Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 256-257) “define como um conjunto de ações realizadas para o bem estar de outras pessoas do contexto familiar”, podendo ser chamado também de “produção doméstica, economia doméstica, serviços domésticos ou serviços do lar”. Ao exercer essas atividades as mulheres recebem denominações como donas de casa, esposas, mães, cuidadoras de idosos e babás.

A dinâmica do trabalho de cuidados interfere no tempo da mulher destinado a exercer atividades remuneradas, por isso, Heinen (2009) aponta que a oportunidade de acesso à remuneração é desigual de acordo com as condições sociais das mulheres, como, quantidade de filhos e possibilidade de terceirizar parte do trabalho doméstico. No meio urbano, por exemplo, as mulheres com maior qualificação profissional ocupam cargos executivos no setor privado ou em estruturas do Estado, enquanto outras executam trabalhos terciários ou não podem exercer atividades remuneradas.

Mas quando se trata do espaço rural e das áreas agrícolas, pode-se dizer que a inferiorização social da mulher é ainda mais aprofundada, visto que, além do trabalho de cuidados, elas são responsáveis por grande parte da produção agrícola, mas não fazem proveito da divisão monetária. Por esses aspectos, as mudanças nas relações de gênero no meio rural devem abranger tanto a emancipação financeira, quanto a mudança na divisão do trabalho doméstico e de cuidados das crianças, que devem passar a ser vistos como responsabilidades de todos (DELPHY, 1983; SORJ, FONTES, 2012).

Corroborando com essa visão, Faria e Moreno (2010) consideram que o capitalismo gerou uma crise no trabalho de cuidado que torna necessária a globalização dos cuidados. Para isso, a discussão referente ao trabalho doméstico e de cuidados precisa estar presente nas agendas de políticas públicas e econômicas, não só pela sua importância, mas também para construção de uma nova relação igualitária entre homens e mulheres.

A reorganização da divisão do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a conquista da autonomia da mulher. A emancipação econômica é a primeira fase da conquista da autonomia da mulher, mas é preciso articular outros aspectos, como flexibilização da jornada de trabalho, participação na vida política e cultural, direito à decisão sobre ter filhos, sexualidade livre e liberdade para planejar sua vida (CESIT, 2017).

No entanto, Sorj e Fontes (2012) é preciso lembrar que existe uma desigualdade no processo de redução dos trabalhos de cuidados das mulheres, pois, a realidade de cada uma depende da oportunidade de terceirizar essa atividade. Por exemplo, mulheres com uma remuneração mais alta têm a possibilidade de contratar mão de obra para limpeza, preparo dos alimentos, assim como para cuidar dos filhos, enquanto as que têm menor renda dependem de creches e da contribuição de outros membros da família.

E há ainda acontecimentos eventuais que aumentam a demanda do trabalho de cuidados. Um exemplo é a pandemia do Covid-19, que ressaltou a importância do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres, principalmente devido ao isolamento forçado, que fez com que a rotina das mulheres em casa fosse acompanhada pelos demais membros. Ao estudar o trabalho de cuidado no Equador, Attacker, Ortiz, e Castro (2020) constataram que 76% são realizados por mulheres, que dedicam em média 31 horas semanais com esse serviço, sendo que as mulheres do espaço rural dedicam uma média de 25 horas semanais apenas para o cuidado da família.

É necessário repensar a divisão sexual do trabalho e a organização social que determinam as relações sociais de gênero e superar o modelo produtivo capitalista para que se possam alcançar soluções para as problemáticas das mulheres. As adversidades dos tempos da pandemia evidenciam o trabalho de cuidados como fundamental para a sobrevivência da sociedade, e se espera que os problemas da pandemia da Covid-19 provoquem mais repercussão nesse sentido de valorização dessas atividades (DUARTE, 2021).

Segundo Hirata e Zarifian (2000) o trabalho não remunerado das mulheres é desvalorizado devido ao conceito de “trabalhar” nas sociedades modernas ser associado a uma visão industrializada e estritamente instrumental, o que promove uma valorização apenas do trabalho remunerado. Diante desse aspecto, a renda econômica é fundamental para a emancipação da mulher, no entanto, é necessário o reconhecimento do trabalho doméstico e a redução da jornada de trabalho das mulheres, em um contexto de valorização para elas.

A redução da jornada de trabalho das mulheres inclui o trabalho doméstico e de cuidados. No caso do espaço urbano, Heinen (2009) aborda aspectos que contribuem com isso, como a criação de creches, abrigos para idosos e escolas especializadas para pessoas com deficiência. No entanto, mulheres do espaço rural que têm filhos ou são responsáveis por pessoas idosas ou enfermas e não têm acesso aos serviços que contribuem com as tarefas de cuidados, ficam em desvantagem nesse processo de inserção social.

Mas a autonomia da mulher não é construída apenas pelos aspectos econômicos. Para Sorj e Fontes (2012) a ausência de autonomia pode ser observada em comportamentos da mulher, como por exemplo, abrir mão da própria vontade e dar preferência ao cuidado e bem estar de outros e oprimir a si mesmo em nome de padrões sociais. A superação desses comportamentos são indicativos do processo de construção da autonomia e empoderamento da mulher.

Corroborando com as afirmações acima, Fernandes *et al.*, (2016) explicam que ao longo do desenvolvimento do conceito de empoderamento das mulheres, foram determinadas cinco dimensões, sendo a econômica, psicológica, sociocultural/educacional, política/grupal e familiar. As dimensões sociocultural/educacional e política/grupal têm influência da realidade em que a mulher está inserida, enquanto as dimensões psicológica e familiar dependem de um processo mais profundo de autoconhecimento.

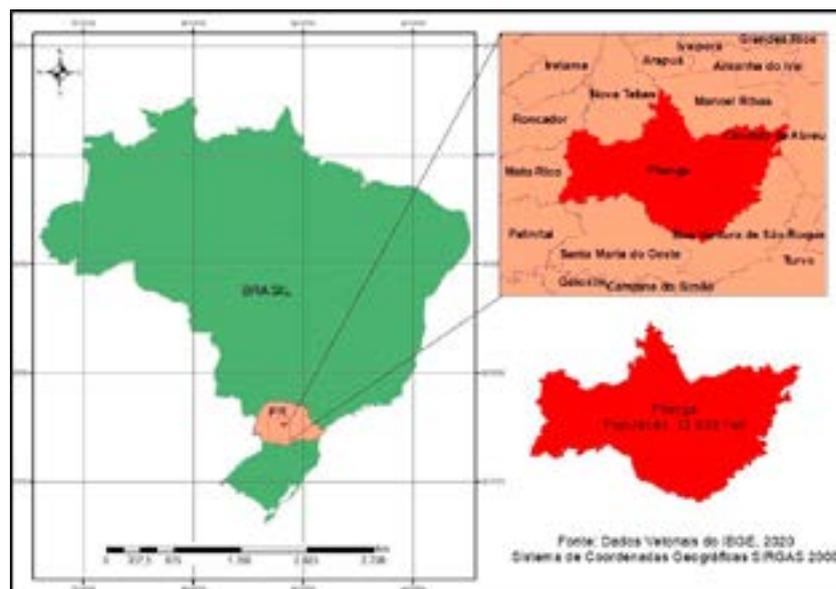
Ao analisar a dimensão econômica do empoderamento, Melo e Lopes (2013) apontam que é preciso considerar a qualidade das oportunidades econômicas a que as mulheres têm acesso, e o quanto o acesso à geração de renda causa aumento na jornada de trabalho da mulher. Já o empoderamento psicológico, de acordo com Lisboa (2008) pode ser dimensionado pela motivação da mulher em superar a sua condição de pobreza, dependência e a conquista de sua cidadania.

Com base nas considerações apresentadas, nota-se a multidimensionalidade do empoderamento e da autonomia das mulheres. Corroborando com Makaran (2018, p.37) que apresenta o conceito de “plena autonomia social”, o qual se refere a um entrelaçamento não hierárquico de três categorias principais, sendo elas sociais, econômicas e culturais da autonomia, e até que se alcance essa totalidade a mulher conquistou apenas parte das dimensões da autonomia.

### 3. METODOLOGIA

A área de estudo corresponde ao Município de Pitanga, Paraná, que fica localizado na latitude 24 ° 45 ' 10 " S longitude 51 ° 45 ' 47 " W, na mesorregião Centro-Sul paranaense. Pitanga tem uma área territorial de 1.663,747 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Na figura (1) pode ser observada a posição do município de Pitanga em relação ao estado do Paraná e ao Brasil.

**Figura 1: Representação da localização do município de Pitanga/PR.**



**Fonte: A autoras (es), 2022**

A produção agrícola do município de Pitanga tem como culturas temporárias predominantes em relação a áreas de plantio, a soja, trigo, feijão e milho. Em menores áreas são plantadas aveia, batata-inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, cevada, tomate, alho, amendoim e triticale. Dentre as culturas permanentes, destacam-se a erva-mate, banana, maracujá e pêssego. Já na pecuária, são produzidos bovinos, caprinos, galináceos e suínos, incluindo produtos de origem animal, como, mel de abelha, seda, leite e ovos (IPARDES, 2022).

Entre os anos de 2011 e 2015, anualmente cerca de 60% dos alimentos utilizados na merenda escolar do município de Pitanga foram provenientes da Agricultura Familiar (PADILHA et al., 2018).

O Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Pitanga (CCPAF) foi criado em 2014 por meio da Lei municipal Nº 1866 de 21 de Agosto de 2014, visando à comercialização produtos alimentícios *in natura* e semi processados, e artesanato local (PITANGA, 2014).

A pesquisa realizada é do tipo Descritiva, que tem por objetivo acrescentar novas contribuições à visão sobre uma realidade já conhecida, a partir de um processo de observação, identificação e análise de variáveis sobre um determinado público alvo ou objeto de estudo (NUNES, et al., 2016).

Na pesquisa de campo, foi utilizado um roteiro de entrevistas do tipo semi-estruturado contendo perguntas de caráter qualitativo. De acordo com LINS (2021) a pesquisa qualitativa, embasada em uma fonte teórica, tem como propósito elaborar descrições e análises a partir de métodos dialógicos, hermenêuticos e construtivistas, envolvendo um nível alto de complexidade na interpretação dos resultados do estudo. A abordagem qualitativa descreve constatações não numéricas sobre o objeto de estudo.

O questionário semi-estruturado composto por 30 questões abordou aspectos relacionados à identificação pessoal, a unidade de produção, métodos de cultivo, características dos produtos, autonomia das mulheres no núcleo familiar, social e político, e a qualidade de vida das agricultoras feirantes.

O questionário foi aplicado com quatro agricultoras feirantes. A análise dos dados coletados caracterizou-se como interpretativa, embasaram-se nas referências supracitadas na hipótese de pesquisa, levando em conta a percepção das mulheres sobre o próprio contexto.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As quatro entrevistadas possuem perfis diferentes de produção, comercialização, idades diferentes, visões de mundo e percepções sobre a participação no CCPAF. A escolaridade, idade e principais produtos comercializados estão expostos na tabela (1).

**Tabela 1: Perfil das feirantes/ agricultoras entrevistadas**

Entrevistada	Escolaridade	Idade	Principais produtos comercializados
01	Ensino Fundamental Incompleto	62 anos	Milho verde, pamonha, doce de amendoim, cocada, bolachas, pão e artesanato.
02	Ensino Fundamental Completo	48 anos	Defumados de suínos
03	Superior Completo	27 anos	Alface, repolho, rúcula, beterraba, cenoura, ervilha, brócolis, couve-flor, couve, abóbora
04	Ensino fundamental Completo	50 anos	Verduras, queijo, Leite e panificados

**Fonte: Autoras (es), 2021.**

## 4.1 Aspectos da produção

Ao analisar as respostas das agricultoras feirantes pode-se identificar que os produtos são diversificados, incluindo semiprocessados e produtos *in natura*. Algumas agricultoras mesclam a comercialização da produção agrícola com seus artesanatos. Essas características corroboram com Pereira *et al.*, (2017), que afirma que as feiras apresentam valores locais, com uma teia diversificada que envolve aspectos materiais e imateriais.

Em relação aos produtos e as técnicas de produção utilizadas, todas as agricultoras apresentam características similares, mesclando uma agricultura mais sustentável com o modelo hegemônico do agronegócio estabelecido pelas relações sociais e econômicas atuais. Essa tendência é abordada por Silva e Santos (2018), quando consideram que o campesinato e a agricultura familiar sofrem forte influência dos empresários do agronegócio. Ainda os autores, consideram que:

Infere-se, portanto, que, sob a égide de se incrementar as relações de igualdade no processo produtivo e unificar relações historicamente heterárquicas, cria-se um discurso de poder de convivência pacífica das relações discursivas entre camponeses e agronegócio, em que pese seus distintos objetivos e mecanismos de constituição produtiva, proporcionando-se o fenômeno de desdiferenciação sistêmica entre ordens normativas parcialmente autônomas do sistema social da economia de agricultura, o que impede, inclusive, a projeção de circularidade intersistêmica de aprendizado mútuo entre ambos os sistemas de agricultura (SILVA, SANTOS, 2018, p. 8).

A entrevistada (01), relata que a unidade de produção dela e do esposo foi adquirida por compra e possui 7,26 ha, no entanto, apenas cerca de 1,21 ha são utilizados pelos mesmos, para produção de milho orgânico para comercialização no CCPAF como derivados (pamonha, bolo) ou *in natura*, e para a produção de verduras para autoconsumo. O restante da propriedade é arrendada para agricultores convencionais. A feirante também relata sobre suas origens e sua história na agricultura:

Nasci em Ivaiporã (Paraná) trabalhei sempre na roça, meus pais sempre foram agricultores (es). Foi em 88 que nós mudou pra cá, sempre morei na chacrá (chácara) é uma chacinha, criei os fio (filhos) lá. Nós dois trabalhamos na lavoura, que nem ali onde eu moro é milho, faço pamonha, plantamo (s) milho, e só, aí eu faço doce, que nem eu compro amendoim, compro coco, faço cocada. Aí quando nós (nós) plantamos milho, nós (nós) vendemo (s) milho verde. [...] Aqui na feira meu forte é pamonha, cocada, bolacha, pão e eu faço crochê também e vendemos na feirinha. Nossa produção é orgânica e nós vende só aqui na feira, já trabaieimo (trabalhemos), com leite mais paremo (s), pra casa eu tenho verdura, alface, couve, cebolinha, tenho uma horta pequena do lado da casa (ENTREVISTADA 01, AGRICULTORA E FEIRANTE NO CCPAF; GRIFOS DOS AUTORES).

As tendências da agricultura convencional também são identificadas nos relatos da Entrevistada (02), que possui uma propriedade de 12,1 ha, e que apenas 7,26 ha são utilizados para infra-estruturas, e para a fabricação dos defumados que ela comercializa no CCPAF e também no varejo da região. O restante da propriedade é mecanizada e coberta por aveia convencional, e diferente das outras entrevistadas, a família da agricultora/feirante relata que não produz verduras e legumes para autoconsumo, devido ao tempo dedicado no processamento dos defumados:

Meu pai e minha mãe são agricultores e eu até me casar também. Ai quando casei vim embora pra cidade, nós trabalhávamos na agricultura, mas quando casei vim pra cidade, trabalhei como diarista e depois de 10 anos fui embora pra Rio Azul (PR) e comecei a lidar com defumados. Em Rio Azul abri uma fábrica lá, ai vendi lá e voltei a morar aqui na cidade, eu tinha minha casa e minhas coisas aqui, vendi a minha casa e comprei uma chácara que é onde eu moro hoje, que é no bairro Rio Ernesto, aonde que eu tenho minha fábrica de defumados, desde 2009, trabalho com os defumados (ENTREVISTA 02, AGRICULTORA E FEIRANTE DO CCPAF, 2022).

A saída do campo mostra que o êxodo rural feminino se preconiza pelo processo de masculinização do campo e de que a maioria das mulheres mudam para o meio urbano na esperança que o trabalho doméstico proporcione melhores condições de vida. No entanto, o retorno da família ao campo protagonizado pela matriarca, pode indicar um processo reverso desse fenômeno.

Nota-se na unidade de produção da Entrevistada (02), uma maior influência do agronegócio, em relação às demais entrevistadas:

Meu marido trabalha comigo, agora nós compramos 2 alqueires de terra mecanizado e vamos começar a plantar, agora ta como aveia, mas vamos por um pouco de soja e um pouco de pasto, mas por enquanto a gente só trabalha com os defumados e nós não podemos ter porco na propriedade, tem que comprar do granjeiro, pagar o frete para levar até o frigorífico, o frigorífico abate, faz a inspeção ai e entrega pra nós, ai que nós processamos e vendemo (s) pros outros produtores aqui na feirinha e entregamos nos mercado (ENTREVISTADA 02, AGRICULTORA E FEIRANTE NO CCPAF; GRIFOS DA AUTORA).

No caso da entrevistada (02), o protagonismo dela no campo se dá por meio de atividades relacionadas à agricultura convencional, ao contrário do que ocorre na produção da entrevistada (04) que busca a certificação orgânica para seus produtos:

Eu vou certificar agora 500 m<sup>2</sup>, vou receber certificado de orgânico, que eu to participando agora de um programa pela prefeitura. Agora eu vendo panificação, verduras, queijo, só vendo aqui, mas tenho liberação pra ir pros mercados, mas não venço muita coisa. Lá em casa desde feijão que eu planto p gasto, é tudo orgânico (ENTREVISTADA 04, AGRICULTORA E FEIRANTE).

A certificação de produtos orgânicos no Brasil é compulsória e foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Determina-se que para que um produto receba o rótulo e seja vendido como orgânico é obrigatório que a unidade de produção passe por um dos três mecanismos de garantia da qualidade orgânica; auditoria, certificação participativa ou estar vinculada a uma organização de controle social. Além do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia ( INMETRO), o órgão regulamentador dos produtos orgânicos é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ( MAPA) (BRASIL, 2020).

A agricultura orgânica tem se mostrado um modelo viável economicamente, que melhora a qualidade de vida dos consumidores e agricultoras (es), assim como, também apresenta características que favorecem a preservação ambiental (LEITE, POLLI, 2020). Outro fator é a crise sanitária da Covid-19, que agrava a insegurança alimentar pela falta de alimentos e encarecimento dos produtos e fez que os consumidores refletirem mais em relação à qualidade das refeições, com isso a indústria agroalimentar convencional passasse a investir na comercialização desses produtos (ROVER, DAROLT, 2021).

A gente tem vaca de corte essas coisas porque a gente precisa do esterco pra poder utilizar na horta, e uma parte da propriedade a gente produz, comercializa alface, repolho, rúcula, beterraba, cenoura, ervilha, brócolis, couve-flor, couve, abóbora. A produção é tudo orgânica, o pai faz compostagem, ele fez o curso de orgânico então aprendeu a composição, leite mesmo é só pra consumo, e as verduras também são para autoconsumo (ENTREVISTADA 03, AGRICULTORA E FEIRANTE, 2021).

No caso da jovem entrevistada (03), além do uso de técnicas orgânicas, nota-se uma circularidade dos insumos produzidos na unidade de produção:

#### 4.2 Reprodução socioeconômica da família

Das quatro agricultoras/ feirantes entrevistadas, três são casadas e têm filhos e em seus relatos citam a importância do CCPAF para a reprodução socioeconômica de suas famílias. A entrevistada (02) é residente na zona rural do município de Pitanga e possui dois filhos, apenas um mora na propriedade e não ajuda nas atividades por ser estudante, e ela alega que foi com a renda gerada pelo seu trabalho que os filhos puderam cursar o ensino superior. Ela relata:

Sou mãe de dois filhos, hoje um já é agrônomo e outro estuda Agronegócio, e foi de dentro da minha fábrica dos defumados que eu consegui formar um e quero conseguir formar o outro, que ano que vem já tá (está) lidando pra fazer o vestibular de Agronomia, como ele vai fazer aqui em Pitanga mesmo, a gente sabe que ali é particular e a gente quer formar um como formou o outro, aí a gente tá (está) lutando, o que eu tenho pra sobreviver é da minha fábrica. Eu não tenho outra renda é só dos meus defumados (ENTREVISTADA 02, AGRICULTORA E FEIRANTE NO CCPAF, 2021, GRIFOS DA AUTORA).

Podemos observar no relato da entrevistada (02), um aspecto muito positivo proporcionado pelo seu trabalho na feira, que é a possibilidade de melhores condições de vida e estudo dos filhos. Mas, esse fato levanta outra questão que é o uso da renda da mulher em prol de terceiros, e o questionamento de até que ponto as mulheres priorizam suas vontades financeiras e usam a sua renda consigo mesmas.

A entrevistada (04), também relata ter duas filhas, ambas menores de idade, e que também não compartilham dos afazeres na unidade de produção e no CCPAF por se dedicarem a outras atividades. Uma das filhas trabalha como menor aprendiz e a outra está em idade escolar.

Embora as entrevistadas que possuem filhas e filhos tenham a percepção de benefícios proporcionados pela agricultura, em seus relatos não há indícios de um interesse dos jovens da família pela continuação do campo. *“Eu até falei pras nora, que eu podia parar elas fazer, mas elas não quer (querem) né”* (Entrevistada 01). Esse processo de detrimento do campo pelas cidades que ocorre com os jovens, é explicado por Maziero et al. (2018) pela valorização da área urbana pelos projetos de infraestrutura e a disseminação da ideia de que é um local com maior qualidade de vida.

A entrevistada (03) faz o processo reverso ao êxodo da juventude rural, aos 27 anos ela retornou a propriedade da família. A propriedade da família da agricultora/feirante

tem 4,84 ha e foi adquirida por compra, e os pais desde pequeno sempre trabalharam com agricultores, com leite e horticultura.

Eu nasci em Curumbataí do Sul e vim do Roncador pra cá, eu trabalhava do setor administrativo em uma loja de móveis e faz dois anos que eu fui trabalhar com o pai lá no sítio, dai (aí) a gente montou uma empresa um MEI, e agora a gente veio pra feirinha, ta (está) sendo bom, eu ajudo mais lá no sítio, to (estou) participando mais, eu gosto, é uma independência minha, eu tenho minha empresa, eu produzo e vendo as coisas (ENTREVISTA 03, AGRICULTORA E FEIRANTE DO CCPAF, 2021, GRIFOS DOS AUTORES).

A Entrevistada (04) relata outros fatores que ela considera benefícios proporcionados pela sua atuação como agricultora e feirante, como por exemplo, o acesso a espaços sociais em que ela expõe e valoriza seu trabalho: *“Eu participo sempre das feiras que tem, às vezes tem feira da produtécnica, do Instituto Federal, sempre eu vou expor meus produtos e sempre eu to (estou) participando.”*

Outro fator é o contato com os consumidores, onde essas mulheres podem interagir, trocar informações, criar afinidades, desenvolver sua comunicação e de venda.

Só eu que atendo, gosto de atender, nunca tive vergonha nada, quando eu tiro férias os clientes perguntam onde eu to (estou), sempre to (estou) alegre e não trago problemas pra feira, sempre quero passa alegria e companheirismo pros (para os) clientes. Posso estar com dor, nervosa, com problema, mas meus clientes sempre me vêem sorrindo (ENTREVISTADA 04, AGRICULTORA E FEIRANTE, 2021).

As considerações de Faccin (2021) corroboram com o relato das entrevistadas, ao afirmar que o trabalho das mulheres em feiras-livres é importante para reconfiguração das relações de gênero na agricultura familiar, e a participação das mulheres nesses espaços promove novas relações sociais e um desvencilhamento gradual da esfera privada. Porém, se pode observar nas explanações das feirantes que esse processo ocorre de forma diferente entre as mulheres.

A entrevistada (01) também considera importantes as relações sociais estabelecidas por meio do seu trabalho do CCPAF, no entanto, relata ter maior dificuldade em vender os produtos, preferindo o processo de produção: *“Aqui na feira é bom sair, a gente conhece, conversa, a gente as vez troca produto, mas eu não gosto muito de vender, eu gosto de fazer, ai ele (esposo) que vende mais.”*

No caso da entrevista (03), ela faz todo trabalho de comercialização e interação com os clientes, não apenas no CCPAF, mas também em outros canais curtos de comercialização. *“Fazemos entrega nas casas também, restaurantes também fazem encomenda. E eu que venho, dirijo, faço entrega e comercializo.”* Ela ainda acrescenta:

Antes de eu ir trabalhar lá o pai não usava estufa, não tinha muito investimento no sítio, agora temos irrigação, começamos investir, e todo retorno que tinha investia em alguma coisa, to tentando acompanhar o mercado, e quero continuar, se eles pararem eu vai continuar na propriedade. “[...]” A renda da família é 100% da feira, todos meus produtos pessoais vem da feira, cursos, viagens, cosméticos, e aqui eu conheci gente, vou interagindo, eu já vinha do comércio, mas aqui é diferente. Sempre recebi apoio da família pra trabalhar na agricultura (ENTREVISTADA 03, AGRICULTORA E FEIRANTE, 2021).

O protagonismo da jovem na unidade de produção e na comercialização dos produtos é muito importante por divergir do processo exposto por Faccin (2021), em que as famílias

rurais no sul do Brasil têm uma característica nuclear, sendo composta por pai, mãe e filhos e são predominantemente masculinizadas. Além disso, as mulheres, à medida que se inserem no processo de comercialização, participam também de outros movimentos, redes de apoio e adquirem novos conhecimentos, como é o caso da entrevista (04).

Eu faço parte das mulheres Rede das Araucárias de Guarapuava, só mulheres, na verdade essa associação vem do Rio Grande, e elas vem vindo pra conhecer uma rede no Paraná e no Brasil, nós íamos pra lá pra Guarapuava participar dos encontros, mas depois que começou a pandemia parou, mas sempre participo online, eu e minha cunhada que faz parte da diretoria da associação, temos internet e acompanhamos, falamos sobre plantio, projetos, direito da mulher, fazemos oficinas de massa, artesanato, panificados, tudo que a mulher sabe fazer, vai fazer 3 anos que eu estou nessa rede (ENTREVISTA 04, AGRICULTORA E FEIRANTE, 2021).

Outros aspectos apresentados relaciona-se a força dessas mulheres e a importância delas para o núcleo familiar:

A gente tem que ter um rumo. Meus filhos estudam e eu e meu marido que temos que trabalhar, ele faz entrega e eu agora a tarde to aqui na feira, se fosse hoje pra começar do nada minha fábrica, acho que eu não começaria, muito esforço e muita luta. Na verdade quando eu comecei, quando eu comprei o açougue no Rio Azul, a 200 km de Irati, eu comprei um açougue, morava em casa alugada, nós não conhecia ninguém, a gente aprendeu muito, meu filho ficou doente, eu fiquei doente, eu tive que resistir sempre pra não passar pra eles o desanimo, 16 meses que nós moremos lá, ai a gente veio, eu voltei trabalhar de diarista, e meu marido de empregado no frigorífico. Ai depois de um tempo comprou a chácara, trouxe o açougue que ficou alugado lá, foi comprando mais maquinários e faz 11 anos que eu to nesse rumo, só tenho a agradece (ENTREVISTADA 01, AGRICULTORA E FEIRANTE DO CCPAF, 2021).

Silva et al., (2020), reafirma as mudanças que ocorrem a partir da comercialização de produtos em circuitos curtos, como o uso das feiras como ferramenta de independência financeira das mulheres, assim como a visibilidade do trabalho da mulher. No entanto, a sobrecarga de trabalho das mulheres ainda precisa ser transpassada, visto que, o trabalho doméstico e de cuidados continua sendo visto como trabalho das mulheres.

Essa tendência pode ser observada nos relatos das entrevistadas. A entrevistada (01) vem à feira acompanhada do esposo e ambos são aposentados, dividem o serviço do plantio, e o marido contribui um pouco nas atividades domésticas. Comercializam produtos na feira há 15 anos. “Toda vida a gente acorda 7 hora ou 6 hora (s) e já vai mexer com trábão (trabalho) lá fora”

Alguns relatam que a divisão do trabalho é feita de forma parelha entre membros da família, porém, não mencionaram o trabalho doméstico.

A gente acorda às 6 da manhã e começa bem cedo por causa do sol, ai durante o dia depois do almoço a gente não meche muito, ai volta depois das quatro, irrigar, fazer canteiro, aduba tudo responsabilidade nossa. Nosso grupo familiar é eu, meu pai, minha mãe, e futuramente vai ter meu futuro esposo também, a divisão do trabalho é igual, o que um não consegue fazer outro ajuda, você vai puxar um esterco todo mundo ajuda, vai plantar um canteiro todo mundo vai junto (ENTREVISTA 03, AGRICULTORA E FEIRANTE DO CCPAF, 2021).

A diversidade de atividades realizadas pelas agricultoras também foi observada no relato da entrevistada (04):

Acordo de manhã pra estribaria, eu agora to sozinha Eu tiro leite, planto, faço massa, de manhã vou pra estribaria e volto tomo um banho e começo lidar com as massas, e ai à tarde só meu marido vai pra estribaria, porque eu vou às massas até 8, 9 da noite, às vezes até as 10 horas da noite, pra dar conta né, principalmente nas sextas, que ai no sábado a gente abre a feira (ENTREVISTADA 01, AGRICULTORA E FEIRANTE, 2021)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as feirantes/agricultoras do CCPAF apresentam um perfil diversificado quanto à produção, mesclando técnicas de agricultura sustentável com influências tendências do modelo hegemônico do agronegócio. Observa-se que por meio do trabalho as mulheres conquistam emancipação financeira, proporcionam melhores condições de estudo aos filhos, e observa-se que a comercialização através do CCPAF provoca uma alteração na dinâmica de produção das famílias já que as mulheres passam a ser protagonistas da produção e provedoras de renda. O processo de masculinização do campo também é reduzido.

Outros benefícios proporcionados pela participação no CCPAF é a interação social, em que os feirantes trocam saberes, têm acesso a informações sobre cursos, movimentos, eventos e redes.

Políticas de incentivo, como as feiras livres e a viabilização de canais curtos de comercialização, são fundamentais para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e para o desenvolvimento humano dos grupos minoritários. O CCPAF é um meio de contribuição para que mulheres agricultoras modifiquem suas histórias e também dos demais membros da família, e contribuam com a segurança alimentar e nutricional de clientes que frequentam e adquirem seus produtos.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 931–54. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300015>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300015>. Acesso em: 16 out. 2021.

ARTACKER, Tamara; Alejandra Santillana; CASTRO, Belén Valencia. **E nel centro la vida: mujeres rurales tejiendo cuidado y movilización**. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/en-el-centro-la-vida-mujeres-rurales-tejiendo-cuidado-y-movilizacion/?fbclid=IwAR2yzWduNu8jnrLVISNFLq3sOV6SVP958JbLSagj1odXYZdki>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BARBOSA, Lucyana Oliveira *et al.* Liderança feminina em contexto de economia solidária—o caso da feira agroecológica e cultural de mulheres no Butantã. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 613-636. 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Mapeamento de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios: resultados preliminares**. 2014.

BRASIL. **Obter Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV)**. Ciência e Tecnologia: Fiscalização. Certificados e Certificações. Disponível em: Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CADÓ, Iriana Lima; DA COSTA FURNO, Juliane. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2020.

CAMINHAS, Ana Margarida Theodoro. As Feiras Agroecológicas, a Segurança Alimentar e o Protagonismo Feminino nos Quintais Produtivos da Agricultura Familiar: A Contribuição para a Prática da Agenda 2030. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 4184-4200. 2022.

CESIT, Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. 2017, Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Caderno-5-web.mudan%C3%A7as%20paradigm%C3%A1tica>. Acesso em: 5 set. 2021.

CUNHA, Maria Aparecida Fernandes Viana; PARENTE, Temis Gomes. Na antessala da divisão sexual do trabalho: mulheres reassentadas e a aplicabilidade dos programas institucionais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 39, p. 240-255, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5456>. Acesso em 12 nov. 2021.

DELPHY, Christine. Agriculture et Travail Domestique : La Réponse de La Bergère à Engels. **Nouvelles Questions Féministes**, n. 5, p. 2-17, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40619864>. Acesso em: 24 set. 2021.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SONOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DUARTE, Nádia. Mulheres no contexto pandêmico: trabalhos relacionados ao cuidado, divisão sexual do trabalho e Covid-19. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, v. 4, n. 1, p. 107-128, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/5486/360>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FACCIN, Rodrigo Duarte. Percepções femininas sobre a participação em Feira Livre. **Brazilian Journal of Development**, 7. 4. 2021.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, p. 257-262, 2009.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Cadernos Sempre Viva, São Paulo, SP, 2010.

- FERNANDES, Taize Dos Santos, *et al.* Dimensões do empoderamento feminino: autonomia ou dependência? **Revista Alcance**, vol. 23, nº 3, p. 391–413, 2016.
- GONÇALVES, Raquel Quirino; GUIMARÃES, Soraia de Mello. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “marcha das margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 231-251, 19 abr. 2017. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231>.
- HEINEN, Jacqueline. Políticas sociais e familiares. *In*: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 190, 2009.
- HÉRITIER, Françoise. Antropologia de Corpos e Sexos. [Entrevista cedida a] Renato Sztutman e Silvana Nascimento, **Revista de Antropologia**, vol. 47, n. 1, p. 235–266, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/NmPxwLLFcfTQkrfXm6ytbgM/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). **Dicionário crítico do feminismo**, p. 251-255, 2009.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Panorama do Município de Pitanga, Paraná. **IBGE Cidades**. 2020.
- IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico: Município de Pitanga. **Cadernos**. 2022.
- LEITE, Andressa Beatriz; POLLI, Henrique Quero. Agricultura Orgânica no Brasil com enfoque na Agricultura Biodinâmica. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 417-430, 2020.
- LINS, Adeilson Batista. MÉTODO QUALITATIVO NA PESQUISA ACADÊMICA. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 14, p. 17-24, 2021.
- LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Fazendo gênero 8. Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.
- MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília DF, v. 12, n. 3, p. 229-248, 20 dez. 2018. Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas. <http://dx.doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997>. Acesso em: 12 nov. 21.
- MAKARAN, Gaya *et al.* Disputar La Autonomía: Estado Plurinacional de Bolivia y Resistencias Indígenas. **Movimientos Indígenas y Autonomías en América Latina: Escenarios**

de Disputa y Horizontes de Posibilidad, **CLACSO**, p. 33–68, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctvtwx2sh.5>. Acesso em 21 out. 2021.

MAZIERO, Celí et al. **O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçu, PR**. *Interações* (Campo Grande), v. 20, p. 509-522, 2019.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lúcia Magri. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 3, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010. Acesso em: 28 set. 2021.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151. 2016.

OLIVEIRA, Margarita. **Divisão sexual do trabalho, pobreza do tempo e mercado de trabalho brasileiro: uma análise a partir da economia feminista**. Jul-2021. Vídeo (104 min.). Publicado no canal do Youtube do Programa de Pós Graduação em Economia – UFF. Disponível em: [https://www.Youtube.com/watch?v=hVE\\_UAKU6Io](https://www.Youtube.com/watch?v=hVE_UAKU6Io). Acesso em: 12 nov. 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. “Fome é uma ameaça. É uma realidade”, afirma o chefe humanitário da ONU. **ONU NEWS. Perspectiva Global Reportagens Humanas**. 2021.

PADILHA, Nilson *et al.* A contribuição do PNAE para o desenvolvimento rural sustentável no município de Pitanga–PR. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 4351-4365. 2018.

PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

PITANGA. Lei Municipal Nº 1866 de 21 de agosto de 2014. Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar de Pitanga - CCPAF e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Pitanga, PR. 2014.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, Sc: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-44;

SANTOS, Zilda Joaquina Cohen Gama dos. *et al.* Elas no poder: economia solidária e participação feminina na Feira da Agricultura Familiar da UFOPA. **NAU Social**, v. 13, n. 24, p. 1055-1072. 2022.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 390-405, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ VALLE, Luciano. **La pluriactividade nel campo latino americano**. 1. ed. Editora Flacso- Série FORO, v.1, Quito, Equador, 2009, p.132-161.

SILVA, Alessandra Keilla *et al.* **Autonomia feminina no meio rural: desafios frente à modelagem social patriarcal**. 2020.

SILVA, Thiago Henrique Costa *et al.* **ODISCURSODOAGRONEGÓCIOEDAAGRICULTURAFAMILIAR E O CARÁTER EXCLUDENTE DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS**. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2018.

SILVA, Danielle Viturino da; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. As feiras-livres da agricultura familiar em Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 40, n. 1, p. 84-101. 2020.

SILVA, Parley Lopes Bernini da *et al.* Empreendedorismo social: estudo das representações das mulheres artesãs de Barbacena-MG. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 27, p. 23-44. 2022.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, Helena; Guimarães, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. Editora ATLAS S.A., São Paulo, SP, 2012. p.103-116. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346008/mod\\_resource/content/0/Encontro%2011%20-%20SORJ.%20O%20care%20como%20regime%20estratificado.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346008/mod_resource/content/0/Encontro%2011%20-%20SORJ.%20O%20care%20como%20regime%20estratificado.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

TOMAZINI, Cecilia Eduarda Gnoatto; KIYOTA, Norma; QUINAGLIA, Giovana Diniz Pinto. A construção social dos mercados: confiança e reciprocidade em circuitos curtos de comercialização. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. Edição Especial 1 (SOBER). p. 167-190. 2022.

VALADÃO, Franciele Aparecida. A lesbianidade e a divisão sexual do trabalho no Assentamento rural 25 de Julho no estado de Santa Catarina. **Revista Pegada**, v. 20. n.1, jan-abri 2019. Disponível em: [https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/6390/pdf\\_1](https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/6390/pdf_1). Acesso em 12 nov. 2021.

VERANO, Thiago de Carvalho; MEDINA, Gabriel. Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 197-218. 2021.